

PAMELA DANELON JUSTEN DE OLIVEIRA

COMPLIANCE DA EMPRESA ESTATAL

Eficiência e função social sob as
Leis 12.846/2013 e 13.303/2016

m.medeiros

CURITIBA - PR
2020

Copyright © 2020 by Pamela Danelon Justen de Oliveira.

AUTOR

Pamela Danelon Justen de Oliveira (pamelajusten@outlook.com)

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

Marco Medeiros

PESQUISA

Pamela Danelon Justen de Oliveira

FOTOS

Acervo pessoal do autor

REVISÃO DE TEXTO

Danda Coelho

EDIÇÃO, CAPA, PROJETO E PRODUÇÃO GRÁFICA

M.Medeiros Editora e Comunicação Ltda

Curitiba
2020

Dados internacionais de catalogação na publicação

Bibliotecário responsável: Bruno José Leonardi – CRB-9/1617

1177341

Oliveira, Pamela Danelon Justen de.

Compliance da Empresa Estatal - Eficiência e função social sob as Leis 12.846/2013 e 13.303/2016. Pamela Danelon Justen de Oliveira. - Curitiba, PR : M.Medeiros Editora, 2020.

120 p.: 15,5x22 cm

ISBN 978-65-990757-0-4

1. Direito. 2. Legislação. 3. Compliance. 4. Administração Pública - Função Social. 5. Empresas Estatais - Brasil.
I. Título.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

1 FUNÇÃO SOCIAL: ELEMENTO MOTIVADOR DA EMPRESA ESTATAL	21
1.1 EVOLUÇÃO CONCEITUAL	22
1.1.1 Solidariedade como Dever Jurídico	23
1.1.2 Privado Condicionado pelo Coletivo	24
1.2 DISCIPLINA CONSTITUCIONAL	25
1.2.1 Mitigação da Autonomia Privada	26
1.2.2 Princípios sob Mútua Ponderação	28
1.3 SUPERAÇÃO NORMATIVA DA AUTONOMIA DA VONTADE	30
1.3.1 Funcionalização do Contrato	32
1.3.2 Modelo Funcional da Iniciativa Privada	33
1.4 FUNÇÃO SOCIAL COMO DEVER DA EMPRESA PRIVADA	34
1.4.1 Direito Empresarial	34
1.4.2 Direitos da Coletividade	37
1.5 REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS	40
1.5.1 Estado Empresário	40
1.5.2 Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública	42
1.6 FUNÇÃO SOCIAL COMO FUNDAMENTO DA EMPRESA ESTATAL	45

CAPÍTULO 2

2 EFICIÊNCIA: ELEMENTO PERPETUADOR DA EMPRESA ESTATAL	49
2.1 ENFOQUE PLURIDIMENSIONAL DA EFICIÊNCIA	50
2.1.1 Eficiência como Princípio	51
2.1.2 Eficiência como Fim	52

2.2 RELAÇÃO ENTRE MEIOS E RESULTADO	55
2.2.1 Aplicação Racional dos Recursos Disponíveis	56
2.2.2 Alcance Satisfatório dos Resultados Pretendidos	57
2.3 INSTRUMENTALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA.....	58
2.3.1 Efetividade e Vinculação da Atividade Administrativa.....	59
2.3.2 Jurisdição Supletiva	60
2.4 REGIME JURÍDICO DA EFICIÊNCIA	64
2.4.1 Reforma Administrativa Brasileira	64
2.4.2 Regra da Eficiência na Lei das Empresas Estatais	68
2.5 PERECIMENTO DA EMPRESA ESTATAL INEFICIENTE.....	69

CAPÍTULO 3

3 COMPLIANCE: ELEMENTO CONCILIADOR DA EMPRESA ESTATAL	73
3.1 COMPLIANCE COMO ESTRUTURA E COMO FUNÇÃO	74
3.1.1 Mecanismo Estrutural de Autocontrole	76
3.1.2 Propósito Funcional de Integridade	80
3.2 COMPLIANCE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTICORRUPÇÃO	83
3.2.1 Normas de Combate à Corrupção Empresarial.....	84
3.2.2 Controle Interno na Lei das Empresas Estatais.....	86
3.3 COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.....	91
3.3.1 Programa de Integridade, da Controladoria-Geral da União	91
3.3.2 Programa de Fomento da Integridade Pública, da Controladoria-Geral da União	92
3.3.3 Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos do Governo Federal	93
3.4 PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA NA EMPRESA ESTATAL PELO COMPLIANCE.....	94
3.5 SUSTENTAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA ESTATAL PELO COMPLIANCE	97
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS	109